



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 250,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano	
	As três séries	Kz: 611 799.50
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Lei n.º 17/16:

Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, que estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e Ensino. — Revoga a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro e toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei.

Ministério do Interior

Despacho n.º 466/16:

Cria a Comissão Multisectorial para Avaliação e Condução do Processo de Abate dos Veículos à Carga deste Ministério e dos respectivos Serviços Executivos.

Ministério da Economia

Despacho n.º 467/16:

Cria a Comissão de Negociação para a condução do processo de privatização da EMPROTEL — Luanda, coordenada por Joana da Graça da Silva Palhares.

A aprovação de uma nova Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino vai permitir a criação de condições mais adequadas para a aplicação das políticas públicas e dos programas nacionais, com o objectivo de continuar a assegurar, a incrementar e a re dinamizar o crescimento e o desenvolvimento económico e social do País, bem como a adopção, o aperfeiçoamento ou a modificação de distintos instrumentos de governação.

Assim, o Sistema de Educação e Ensino deve reafirmar, entre os seus objectivos, a promoção do desenvolvimento humano, com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos os indivíduos, que permita assegurar o aumento dos níveis de qualidade de ensino. Deve igualmente, contribuir de forma mais efectiva, para a excelência no processo de ensino e aprendizagem, para o empreendedorismo e para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico de todos os sectores da vida nacional.

O Sistema de Educação e Ensino deve ainda garantir a reafirmação da formação assente nos valores patrióticos, cívicos, morais, éticos e estéticos e a crescente dinamização do emprego e da actividade económica, a consolidação da justiça social, do humanismo e da democracia pluralista.

A presente Lei possibilita a implementação de medidas que visam melhorar cada vez mais a organização, a funcionalidade e o desempenho do Sistema de Educação e Ensino, bem como fortalecer a articulação entre os diferentes Subsistemas de Ensino.

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea i) do artigo 165.º e da alínea c) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte:

ASSEMBLEIA NACIONAL

**Lei n.º 17/16
de 7 de Outubro**

A implementação da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprovou as Bases do Sistema de Educação, permitiu o crescimento de todos os subsistemas de ensino e contribuiu para o desenvolvimento dos diferentes sectores da vida nacional.

Porém, ante o novo quadro constitucional e os novos desafios de desenvolvimento que se colocam, traduzidos em diferentes Planos e Programas Estratégicos de Desenvolvimento e a fim de garantir a inserção de Angola no contexto regional e internacional, torna-se necessária a aprovação de uma nova Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino.

LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Objecto)

A presente Lei estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e Ensino.

ARTIGO 2.º (Educação e Sistema de Educação e Ensino)

1. A Educação é um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem, que visa preparar de forma integral o indivíduo para as exigências da vida individual e colectiva.

2. Nos termos do previsto no número anterior, o indivíduo desenvolve-se na convivência humana, a fim de ser capaz de enfrentar os principais desafios da sociedade, especialmente na consolidação da paz, da unidade nacional, na promoção e protecção dos direitos da pessoa humana, do ambiente, bem como no processo de desenvolvimento científico, técnico, tecnológico, económico, social e cultural do País.

3. O Sistema de Educação e Ensino é o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais se realiza o processo educativo, tendente à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, de paz e progresso social.

ARTIGO 3.º (Âmbito de aplicação da Lei)

A presente Lei aplica-se ao conjunto de estruturas, modalidades e instituições que constituem o Sistema de Educação e Ensino em todo o território nacional e tem por base a Constituição da República de Angola, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento e as Políticas Nacionais de Educação.

ARTIGO 4.º (Fins do Sistema de Educação e Ensino)

O Sistema de Educação e Ensino tem os seguintes fins:

- a) Desenvolver harmoniosamente as capacidades intelectuais, laborais, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas, bem como o sentimento patriótico dos cidadãos, especialmente dos jovens, de maneira contínua e sistemática e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do País;
- b) Assegurar a aquisição de conhecimentos e competências necessárias a uma adequada e eficaz participação na vida individual e colectiva;
- c) Formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica, construtiva e inovadora para a sua participação activa na sociedade, à luz dos princípios democráticos;

- d) Promover o desenvolvimento da consciência individual, em particular o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, a tolerância e cultura de paz, a unidade nacional, a preservação do meio ambiente e a contínua melhoria da qualidade de vida;
- e) Fomentar o respeito mútuo e os superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida e à dignidade humana, à liberdade e à integridade pessoal e colectiva;
- f) Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença, permitindo uma saudável integração regional e internacional;
- g) Garantir a excelência, o empreendedorismo, a eficiência e a eficácia do processo de formação integral do indivíduo.

CAPÍTULO II Princípios Gerais do Sistema de Educação e Ensino

ARTIGO 5.º (Princípios gerais)

O Sistema de Educação e Ensino rege-se pelos princípios da legalidade, da integralidade, da laicidade, da universalidade, da democraticidade, da gratuidade, da obrigatoriedade, da intervenção do Estado, da qualidade de serviços, da educação e promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos.

ARTIGO 6.º (Legalidade)

Todas as instituições de ensino e os diferentes actores e parceiros do Sistema de Educação e Ensino devem pautar a sua actuação em conformidade com a Constituição da República de Angola e com a lei.

ARTIGO 7.º (Integralidade)

O Sistema de Educação e Ensino assegura a correspondência entre os objectivos da formação e os de desenvolvimento do País, que se materializam através da unidade dos objectivos e conteúdos de formação, garantindo a articulação horizontal e vertical permanente dos subsistemas, níveis e modalidades de ensino.

ARTIGO 8.º (Laicidade)

O Estado assegura, independentemente da confissão religiosa, a primazia da prossecução dos fins do Sistema de Educação e Ensino e dos objectivos estabelecidos para cada subsistema de ensino, o acesso aos diferentes níveis de ensino desde que estejam preenchidos os requisitos estabelecidos e a não-exaltação dos ideais de qualquer religião nas instituições de ensino.

ARTIGO 9.º (Universalidade)

O Sistema de Educação e Ensino tem carácter universal, pelo que, todos os indivíduos têm iguais direitos no acesso, na

frequência e no sucesso escolar nos diversos níveis de ensino, desde que sejam observados os critérios de cada Subsistema de Ensino, assegurando a inclusão social a igualdade de oportunidades e a equidade, bem como a proibição de qualquer forma de discriminação.

ARTIGO 10.º
(Democraticidade)

O Sistema de Educação e Ensino tem carácter democrático, pelo que, sem qualquer distinção, todos os indivíduos directamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, na qualidade de agente da educação ou de parceiro, têm direito de participar na organização e gestão das estruturas, modalidades e instituições afectas à Educação, nos termos a regulamentar para cada Subsistema de Ensino.

ARTIGO 11.º
(Gratuidade)

1. A gratuidade no Sistema de Educação e Ensino traduz-se na isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas, material escolar e apoio social, dentre o qual a merenda escolar, para todos os indivíduos que frequentam o ensino primário nas Instituições Públicas de Ensino.

2. O Estado deve garantir e promover as condições necessárias para manter gratuita a frequência da classe da Iniciação e do I Ciclo do Ensino Secundário, bem como o transporte escolar, a saúde escolar e a merenda escolar nas Instituições Públicas de Ensino.

3. O pagamento da inscrição, da assistência às aulas, do material escolar e de outros encargos, no II Ciclo do Ensino Secundário e Ensino Superior, constituem responsabilidade dos Pais, Encarregados de Educação ou dos próprios alunos, em caso de maior idade.

4. O Estado coloca à disposição mecanismos de apoio social para os quais podem candidatar-se os alunos que reúnam os requisitos estabelecidos nos termos da lei.

5. O disposto nos números anteriores não prejudica o recurso a bolsas de estudo cujo regime é estabelecido em diploma próprio.

ARTIGO 12.º
(Obrigatoriedade)

1. A obrigatoriedade da Educação traduz-se no dever do Estado, da sociedade, das famílias e das empresas, de assegurar e promover o acesso e a frequência ao Sistema de Educação e Ensino a todos os indivíduos em idade escolar.

2. A obrigatoriedade da Educação abrange a classe da iniciação, o Ensino Primário e o I Ciclo do Ensino Secundário.

ARTIGO 13.º
(Intervenção do Estado)

1. Ao Estado através do Titular do Poder Executivo incumbe as atribuições de desenvolvimento, regulação, coordenação, supervisão, fiscalização, controlo e avaliação do Sistema de Educação e Ensino.

2. A iniciativa de desenvolvimento da educação é uma responsabilidade do Estado, complementada pela iniciativa empreendedora de entidades privadas ou público-privadas, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

3. No exercício do poder regulamentar, o Titular do Poder Executivo aprova e implementa políticas e normas sobre a organização, funcionamento e desenvolvimento do Sistema de Educação e Ensino, nos seus diferentes subsistemas e níveis, independentemente da natureza pública, privada e público-privada que as instituições de ensino possam revestir.

4. O Estado pode apoiar iniciativas para o desenvolvimento de instituições privadas e público-privadas de ensino no desempenho efectivo de uma função de interesse público, desde que integradas no plano de desenvolvimento da educação.

ARTIGO 14.º
(Qualidade de serviços)

No exercício da actividade educativa, as instituições de ensino devem observar elevados padrões de desempenho e alcançar os melhores resultados no domínio científico, técnico, tecnológico e cultural e na promoção do sucesso escolar, da qualidade, da excelência, do mérito e da inovação.

ARTIGO 15.º
(Educação e promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos)

O Sistema de Educação e Ensino promove o respeito pelos símbolos nacionais e a valorização da história, da cultura nacional, da identidade nacional, da unidade e integridade territorial, da preservação da soberania, da paz e do Estado democrático, bem como dos valores morais, dos bons costumes e da cidadania.

ARTIGO 16.º
(Língua de Ensino)

1. O Ensino deve ser ministrado em português.
2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para os indivíduos com deficiência auditiva.

3. Sem prejuízo do previsto no n.º 1 do presente artigo, e como complemento e instrumento de aprendizagem, podem ser utilizadas línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

4. O Estado promove políticas públicas para a inserção e a massificação do ensino das principais línguas de comunicação internacional, em todos os subsistemas de ensino, com prioridade para o ensino do inglês e do francês.

CAPÍTULO III
Organização do Sistema de Educação e Ensino

SECÇÃO I
Estrutura do Sistema de Educação e Ensino

ARTIGO 17.º
(Estrutura)

1. O Sistema de Educação e Ensino é unificado e está constituído por seis subsistemas de ensino e quatro níveis de ensino.

2. Os Subsistemas de Ensino são os seguintes:
 - a) Subsistema de Educação Pré-Escolar;
 - b) Subsistema de Ensino Geral;
 - c) Subsistema de Ensino Técnico-Profissional;
 - d) Subsistema de Formação de Professores;
 - e) Subsistema de Educação de Adultos;
 - f) Subsistema de Ensino Superior.
3. Os Níveis de Ensino são os seguintes:
 - a) Educação Pré-Escolar;
 - b) Ensino Primário;
 - c) Ensino Secundário;
 - d) Ensino Superior.

ARTIGO 18.º
(Regime de mobilidade)

O regime de mobilidade em cada um ou entre diferentes subsistemas de ensino é objecto de diploma próprio.

ARTIGO 19.º
(Articulação entre os Subsistemas de Ensino)

1. A articulação entre os conhecimentos e competências garantidos pelos diferentes subsistemas de ensino e o Sistema Nacional de Qualificações é objecto de regulamentação em diploma próprio.

2. Na articulação entre os subsistemas de ensino, as áreas transversais tais como, o ensino das línguas, o ensino artístico e cultural, a educação física e desportos, a educação moral e cívica, a educação política e patriótica e outras, têm estratégias específicas de desenvolvimento, tendo em conta as particularidades de cada subsistema, nos termos a regulamentarem diploma próprio.

ARTIGO 20.º
(Idades mínimas de referência no Sistema de Educação e Ensino)

1. As idades mínimas de referência para o acesso e frequência de cada nível de ensino são as estabelecidas para cada subsistema de ensino e constam no Organigrama do Sistema de Educação e Ensino, estruturado sob a forma vertical e horizontal, constantes dos Anexos 1 e 2 da presente Lei e que dela são partes integrantes.

2. A frequência dos diferentes níveis de ensino, observando as idades mínimas de referência estipuladas, com a tolerância de até 2 (dois) anos de atraso, considera-se Ensino Regular.

3. A frequência dos diferentes níveis de ensino com mais de 2 (dois) anos em relação às idades mínimas de referência considera-se Ensino de Adultos, devendo existir condições técnico-pedagógicas diferenciadas.

SECÇÃO II
Educação Pré-Escolar

ARTIGO 21.º
(Subsistema de Educação Pré-Escolar)

O Subsistema de Educação Pré-Escolar é a base da educação, que cuida da primeira infância, numa fase da vida em que se devem realizar as acções de condicionamento e de desenvolvimento psico-motor.

ARTIGO 22.º
(Objectivos Gerais do Subsistema de Educação Pré-Escolar)

Os objectivos gerais do Subsistema de Educação Pré-Escolar são:

- a) Estimular o desenvolvimento intelectual, físico, moral, estético e afectivo da criança, garantindo-lhe um ambiente sadio, de forma a facilitar a sua entrada no Subsistema de Ensino Geral;
- b) Permitir uma melhor integração e participação da criança através da observação e compreensão do meio natural, social e cultural que a rodeia;
- c) Desenvolver as capacidades de expressão, de comunicação, de imaginação criadora e estimular a curiosidade e a actividade lúdica da criança.

ARTIGO 23.º
(Estrutura do Subsistema de Educação Pré-Escolar)

1. A educação pré-escolar estrutura-se em 3 (três) etapas:
 - a) Creche: dos 3 (três) meses aos 3 (três) anos de idade;
 - b) Jardim de infância: dos 3 (três) aos 5 (cinco) anos de idade;
 - c) Jardim de Infância: dos 3 (três) aos 6 (seis) anos, compreendendo a Classe de Iniciação, dos 5 (cinco) aos 6 (seis) anos.
2. A Classe de Iniciação pode ser ministrada nas escolas do ensino primário.

SECÇÃO III
Objectivos Gerais e Estrutura do Subsistema de Ensino Geral

ARTIGO 24.º
(Subsistema de Ensino Geral)

O Subsistema de Ensino Geral é o fundamento do Sistema de Educação e Ensino que visa assegurar uma formação integral, harmoniosa e sólida, necessária para uma boa inserção no mercado de trabalho e na sociedade, bem como para o acesso aos níveis de ensino subsequentes.

ARTIGO 25.º
(Objectivos Gerais do Subsistema de Ensino Geral)

Os objectivos gerais do Subsistema do Ensino Geral são:

- a) Assegurar uma formação harmoniosa e integral de qualidade, que permita o desenvolvimento das capacidades intelectuais, laborais, artísticas, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas;
- b) Assegurar conhecimentos técnico-científicos e tecnológicos que favoreçam um saber-fazer eficaz e eficiente que se adapte às exigências de desenvolvimento económico e social;
- c) Educar as crianças, jovens e cidadãos adultos para adquirirem hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao seu desenvolvimento;
- d) Promover na juventude e noutras camadas sociais o amor ao trabalho e potenciá-los para a aprendizagem de uma actividade laboral socialmente útil e capaz de melhorar as suas condições de vida;

- e) Assegurar à nova geração uma orientação vocacional e profissional sólida e útil à sua inserção na vida activa.

ARTIGO 26.º

(Estrutura do Subsistema de Ensino Geral)

O Subsistema de Ensino Geral estrutura-se em:

- a) Ensino Primário;
b) Ensino Secundário.

SUBSECÇÃO I

Objectivos Específicos do Ensino Primário

ARTIGO 27.º

(Ensino Primário)

1. O Ensino Primário é o fundamento do ensino geral constituindo a sua conclusão com sucesso, condição indispensável para a frequência do ensino secundário.

2. O Ensino Primário tem a duração de 6 (seis) anos e têm acesso ao mesmo as crianças que completem 6 (seis) anos de idade até 31 de Maio do ano da matrícula.

ARTIGO 28.º

(Organização do Ensino Primário)

1. O Ensino Primário integra três ciclos de aprendizagem, compreendendo 2 (duas) classes para cada ciclo e organiza-se da seguinte forma:

- a) 1.ª e 2.ª classes, sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos do ciclo efectuada na 2.ª classe;
b) 3.ª e 4.ª classes, sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos do ciclo efectuada na 4.ª classe;
c) 5.ª e 6.ª classes, sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos efectuada na 6.ª classe.

2. As crianças com idades compreendidas entre os 12 (doze) e 14 (catorze) anos que não tenham concluído o ensino primário, beneficiam de programas específicos de apoio pedagógico para permitir a sua conclusão e os que ultrapassam essa idade devem ser enquadrados no ensino de adultos.

ARTIGO 29.º

(Objectivos específicos do Ensino Primário)

Os objectivos específicos do Ensino Primário são:

- a) Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
b) Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão oral e escrita;
c) Aperfeiçoar hábitos, habilidades, capacidades e atitudes tendentes à socialização;
d) Proporcionar conhecimentos e oportunidades para o desenvolvimento das faculdades mentais;
e) Estimular o desenvolvimento de capacidades, habilidades e valores patrióticos, laborais, artísticos, cívicos, culturais, morais, éticos, estéticos e físicos;
f) Garantir a prática sistemática de expressão motora e de actividades desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras.

SUBSECÇÃO II

Objectivos Específicos do Ensino Secundário Geral

ARTIGO 30.º

(Ensino Secundário Geral)

O Ensino Secundário Geral é o nível que sucede o Ensino Primário e prepara os alunos para o ingresso no Ensino Superior ou no mercado de trabalho imediatamente ou após formação profissional complementar.

ARTIGO 31.º

(Organização do Ensino Secundário Geral)

1. O Ensino Secundário Geral compreende dois ciclos de 3 (três) classes cada e organiza-se da seguinte forma:

- a) O I Ciclo do Ensino Secundário Geral compreende as 7.ª, 8.ª e 9.ª classes e é frequentado por alunos dos 12 (doze) aos 14 (catorze) anos de idade;
b) O II Ciclo do Ensino Secundário Geral compreende as 10.ª, 11.ª e 12.ª classes e é frequentado por alunos dos 15 (quinze) aos 17 (dezassete) anos de idade.

2. As crianças e os jovens com idades compreendidas entre os 14 (catorze) e 17 (dezassete) anos, que não tenham concluído o I Ciclo do Ensino Secundário, beneficiam de programas específicos de apoio pedagógico para permitir a sua conclusão e os que ultrapassam essa idade devem ser enquadrados no Ensino de Adultos.

ARTIGO 32.º

(Objectivos Específicos do I Ciclo do Ensino Secundário Geral)

Os objectivos específicos do I Ciclo do Ensino Secundário Geral são:

- a) Consolidar, aprofundar e ampliar os conhecimentos e reforçar as capacidades, os hábitos, as atitudes e as habilidades adquiridas no Ensino Primário;
b) Permitir a aquisição dos fundamentos das ciências e de conhecimentos necessários ao prosseguimento dos estudos em níveis de ensino e áreas subsequentes;
c) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica;
d) Aprofundar os fundamentos de uma cultura humanística, baseada nos valores morais, éticos, cívicos e patrióticos;
e) Aprofundar a formação técnica, cultural e artística que constitui suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos ou para a inserção na vida activa;
f) Criar hábitos de trabalho individual e em grupo e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica e de adaptação à mudança;
g) Promover o empreendedorismo, desenvolvendo hábitos, habilidades, capacidades e atitudes para a vida activa e o espírito de iniciativa, criatividade e autonomia.

ARTIGO 33.º

(Objectivos Específicos do II Ciclo do Ensino Secundário Geral)

Os objectivos específicos do II Ciclo do Ensino Secundário Geral são:

- a) Assegurar uma formação sólida e aprofundada numa determinada área de conhecimento;
- b) Preparar o aluno para ingressar no Subsistema de Ensino Superior ou para actividades de formação profissional e inserção na vida activa;
- c) Desenvolver uma visão do mundo assente no pensamento filosófico, lógico e abstracto e a capacidade de avaliar a aplicação de modelos científicos na resolução de problemas da vida prática;
- d) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado, assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- e) Consolidar os valores patrióticos, morais e cívicos, desenvolvendo o espírito de participação e envolvimento na vida social;
- f) Desenvolver experiências práticas, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola e a comunidade, dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- g) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho.

SECÇÃO IV

Objectivos e Estrutura do Subsistema de Ensino Secundário Técnico-Profissional

ARTIGO 34.º

(Subsistema de Ensino Secundário Técnico-Profissional)

O Subsistema de Ensino Secundário Técnico-Profissional é o fundamento do Sistema de Educação e Ensino que assegura uma preparação técnica e profissional dos indivíduos, necessária para a conclusão de cada um dos seus ciclos, para a sua inserção no mercado de trabalho, sem prejuízo da possibilidade da continuação de estudos no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 35.º

(Objectivos Gerais do Subsistema de Ensino Secundário Técnico-Profissional)

1. Os objectivos gerais do Subsistema de Ensino Secundário Técnico-Profissional são os seguintes:

- a) Assegurar o ensino e a formação técnica e profissional dos indivíduos em idade escolar, dos candidatos a emprego e dos trabalhadores;
- b) Capacitar para o exercício de uma actividade profissional ou especializada;
- c) Dar respostas às necessidades do País em mão-de-obra qualificada e especializada, ajustada à evolução técnica e tecnológica;
- d) Desenvolver a valorização do trabalho, potenciando a aprendizagem de uma actividade laboral socialmente útil e a melhoria das condições de vida;
- e) Promover hábitos e atitudes necessárias ao desenvolvimento da consciência nacional;

- f) Assegurar uma base científica que permita a continuação dos estudos e uma formação integral, assente em valores morais, cívicos e patrióticos;
- g) Consolidar a vocação profissional e a preparação para a vida activa e para o aumento dos níveis de produtividade.

2. O Titular do Poder Executivo promove a articulação entre o Subsistema de Ensino Técnico-Profissional e o sistema de formação profissional, visando assegurar a formação de mão-de-obra qualificada e especializada ajustada à evolução técnica e tecnológica.

3. A articulação prevista no número anterior, não implica a atribuição de graus académicos no Sistema de Formação Profissional.

ARTIGO 36.º

(Estrutura do Subsistema de Ensino Secundário Técnico-Profissional)

O Subsistema de Ensino Técnico-Profissional estrutura-se da seguinte forma:

- a) Formação Profissional Básica;
- b) Ensino Secundário Técnico-Profissional.

SUBSECÇÃO I

Formação Profissional

ARTIGO 37.º

(Formação Profissional Básica)

A Formação Profissional Básica é o processo através do qual se adquirem e desenvolvem conhecimentos gerais e técnicos, atitudes e práticas relacionadas directamente com o exercício de uma profissão.

ARTIGO 38.º

(Organização da Formação Profissional Básica)

1. A Formação Profissional Básica corresponde ao I Ciclo do Ensino Secundário e realiza-se nas Escolas Secundárias Técnicas, após a conclusão do Ensino Primário.

2. A Formação Profissional Básica compreende as 7.ª, 8.ª e 9.ª classes e é frequentada por alunos dos 12 (doze) aos 14 (catorze) anos de idade, podendo ingressar indivíduos até aos 17 (dezasete) anos de idade.

ARTIGO 39.º

(Objectivos Específicos da Formação Profissional Básica)

Os objectivos específicos da Formação Profissional Básica são os seguintes:

- a) Consolidar, aprofundar e ampliar os conhecimentos e reforçar as capacidades, os hábitos, as atitudes e as habilidades adquiridas no Ensino Primário;
- b) Complementar a formação escolar no quadro da educação permanente;
- c) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio lógico, da reflexão e da curiosidade técnica e tecnológica;
- d) Permitir a aquisição de conhecimentos necessários ao prosseguimento dos estudos em níveis de ensino e áreas subsequentes ou a entrada no mercado de trabalho;

- e) Promover o desenvolvimento das habilidades para o trabalho e para a vida activa, associadas ao empreendedorismo, ao espírito de iniciativa, à criatividade, à inovação e à autonomia.

SUBSECÇÃO II
Ensino Secundário Técnico

ARTIGO 40.º
(Ensino Secundário Técnico-Profissional)

O Ensino Secundário Técnico-Profissional é o processo através do qual se adquirem e desenvolvem conhecimentos gerais, técnicos e tecnológicos para os diferentes ramos de actividade económica e social do País, permitindo-lhes a inserção na vida laboral e o exercício de uma actividade profissional e, mediante critérios, o acesso ao ensino superior.

ARTIGO 41.º
(Organização do Ensino Secundário Técnico-Profissional)

1. O Ensino Secundário Técnico-Profissional realiza-se após a conclusão da 9.ª classe, com a duração de quatro anos, em escolas técnicas do Ensino Secundário.

2. Após a 9.ª classe e a 12.ª classe do Ensino Secundário Geral, são organizadas formas intermédias de formação técnico-profissional, com a duração variável de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, de acordo com a especialidade.

3. Os indivíduos a partir dos 15 (quinze) anos de idade têm acesso ao Ensino Secundário Técnico-Profissional.

ARTIGO 42.º
(Objectivos Específicos do Ensino Secundário Técnico-Profissional)

Os objectivos específicos do Ensino Secundário Técnico-Profissional são os seguintes:

- a) Ampliar, aprofundar e consolidar os conhecimentos, as capacidades, os hábitos, as atitudes e as habilidades adquiridas no I Ciclo do Ensino Secundário;
- b) Capacitar os indivíduos para o exercício de uma actividade profissional ou especializada;
- c) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio lógico, da reflexão e da curiosidade técnica, tecnológica e científica;
- d) Permitir a aquisição de conhecimentos, hábitos e habilidades necessárias para a inserção no mercado de trabalho ou o prosseguimento dos estudos no Subsistema de Ensino Superior;
- e) Promover o desenvolvimento das habilidades para o trabalho e para a vida activa, associadas ao empreendedorismo, ao espírito de iniciativa, à criatividade, à inovação e à autonomia.

SECÇÃO V
Objectivos e Estrutura do Subsistema de Formação de Professores

ARTIGO 43.º
(Subsistema de Formação de Professores)

O Subsistema de Formação de Professores é o conjunto integrado e diversificado de órgãos, instituições, disposições e recursos vocacionados à preparação e habilitação de professores e demais agentes de educação para todos os subsistemas de ensino.

ARTIGO 44.º
(Objectivos Gerais do Subsistema de Formação de Professores)

Os objectivos gerais do Subsistema de Formação de Professores são os seguintes:

- a) Formar professores e demais agentes de educação com o perfil necessário à materialização integral dos objectivos gerais da educação nos diferentes subsistemas de ensino;
- b) Formar professores e demais agentes de educação com sólidos conhecimentos científicos, pedagógicos, metodológicos, técnicos e práticos;
- c) Promover hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento da consciência nacional;
- d) Promover a integridade e idoneidade patriótica, moral e cívica, de modo que os professores e agentes de educação assumam com responsabilidade a tarefa de educar;
- e) Desenvolver acções de actualização e aperfeiçoamento permanente dos professores e agentes da educação;
- f) Promover acções de agregação pedagógica destinadas a indivíduos com formação em diversas áreas de conhecimento para o exercício do serviço docente.

ARTIGO 45.º
(Estrutura do Subsistema de Formação de Professores)

O Subsistema de Formação de Professores estrutura-se da seguinte forma:

- a) Ensino Secundário Pedagógico;
- b) Ensino Superior Pedagógico.

SUBSECÇÃO I
Ensino Secundário Pedagógico

ARTIGO 46.º
(Ensino Secundário Pedagógico)

O Ensino Secundário Pedagógico é o processo através do qual os indivíduos adquirem e desenvolvem conhecimentos, hábitos, habilidades, capacidades e atitudes que os capacite para o exercício da profissão docente na Educação Pré-Escolar, no Ensino Primário e no I Ciclo do Ensino Secundário Regular, de Adultos e na Educação Especial e mediante critérios, o acesso ao Ensino Superior Pedagógico.

ARTIGO 47.º
(Organização do Ensino Secundário Pedagógico)

1. O Ensino Secundário Pedagógico realiza-se após a conclusão da 9.ª classe, com duração de quatro anos, em Escolas de Magistério.

2. As Escolas de Magistério podem realizar cursos de profissionalização ou de agregação pedagógica, com a duração de um a dois anos, de acordo com a especialidade, destinados a indivíduos que tenham concluído o II Ciclo do Ensino Secundário.

3. A formação contínua de professores é assegurada predominantemente pelos Centros de Formação de Professores ou por outras instituições de ensino, autorizadas para o efeito.

ARTIGO 48.º

(Objectivos específicos do Ensino Secundário Pedagógico)

Os objectivos específicos do Ensino Secundário Pedagógico são os seguintes:

- a) Ampliar, aprofundar e consolidar os conhecimentos, as capacidades, os hábitos, as atitudes e as habilidades adquiridas no I Ciclo do Ensino Secundário;
- b) Capacitar os indivíduos para o exercício da actividade docente-educativa na Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e no I Ciclo do Ensino Secundário;
- c) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da criatividade técnico-pedagógica e científica;
- d) Permitir a aquisição de conhecimentos, hábitos e habilidades necessárias para a inserção na actividade docente-educativa ou para o prosseguimento dos estudos no Subsistema de Ensino Superior;
- e) Fomentar o empreendedorismo para o desenvolvimento de habilidades de trabalho para a vida activa, associadas ao espírito de iniciativa e de autonomia.

SUBSECÇÃO II

Ensino Superior Pedagógico

ARTIGO 49.º

(Ensino Superior Pedagógico)

O Ensino Superior Pedagógico é um conjunto de processos, desenvolvidos em Instituições de Ensino Superior, vocacionados à formação de professores e demais agentes de educação, habilitando-os para o exercício da actividade docente e de apoio à docência em todos os níveis e subsistemas de ensino.

ARTIGO 50.º

(Organização do Ensino Superior Pedagógico)

1. O Ensino Superior Pedagógico realiza-se após a conclusão do II Ciclo do Ensino Secundário ou equivalente, com duração variável em função das particularidades do curso.

2. O Ensino Superior Pedagógico pode ser de graduação, outorgando os graus académicos de bacharelato e de licenciatura.

3. O Ensino Superior Pedagógico pode ser de pós-graduação académica, outorgando os graus académicos de mestrado e doutoramento.

4. O Ensino Superior Pedagógico pode ser de pós-graduação profissional, sob a forma de agregação pedagógica, outorgando o diploma de especialização.

5. A profissionalização para a docência pode ser assegurada ao longo da formação superior, por intermédio de acções específicas de agregação pedagógica.

6. A formação contínua de professores e agentes de educação é assegurada preferencialmente pelas instituições de ensino vocacionadas para o Ensino Superior Pedagógico ou por outras instituições autorizadas para o efeito.

ARTIGO 51.º

(Objectivos Específicos do Ensino Superior Pedagógico)

Os objectivos específicos do Ensino Superior Pedagógico são os seguintes:

- a) Assegurar a formação de indivíduos habilitando-os para o exercício do serviço docente e de apoio à docência, ao nível de graduação e pós-graduação académica, outorgando os graus académicos de bacharel, licenciado, mestre e doutor;
- b) Garantir o ensino superior pedagógico ao nível de pós-graduação profissional, sob a forma de agregação pedagógica, conferindo o diploma de especialização;
- c) Assegurar a profissionalização para a docência ao longo de qualquer formação superior por intermédio de acções específicas de formação, equivalentes à agregação pedagógica;
- d) Assegurar a formação contínua de professores e de agentes de educação.

SECÇÃO VI

Objectivos Gerais e Estrutura do Subsistema de Educação de Adultos

ARTIGO 52.º

(Subsistema de Educação de Adultos)

O Subsistema de Educação de Adultos é o conjunto integrado e diversificado de órgãos, instituições, disposições e recursos vocacionados para a implementação de processos educativos baseados em princípios, métodos e tarefas de andragogia.

ARTIGO 53.º

(Objectivos Gerais do Subsistema de Educação de Adultos)

Os objectivos gerais do Subsistema da Educação de Adultos são os seguintes:

- a) Promover acções educativas destinadas à recuperação do atraso escolar e ao combate ao analfabetismo literal e funcional;
- b) Promover o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos para a sua melhor integração social e profissional;
- c) Dotar os indivíduos de capacidades técnicas para responder às exigências do desenvolvimento económico e social do País;
- d) Promover a educação patriótica, moral, cívica e, cultivando o espírito de tolerância, o respeito mútuo, o respeito pela diferença e a preservação do ambiente;
- e) Garantir a valorização das línguas nacionais, da cultura local e da cultura nacional;
- f) Desenvolver no indivíduo hábitos, habilidades, capacidades e atitudes para participar na transformação do meio familiar e social, de modo a contribuir para o desenvolvimento comunitário e rural;

- g) Desenvolver e consolidar a orientação vocacional e profissional dos alunos com vista a auxiliar à adequada escolha de uma profissão.

ARTIGO 54.º

(Estrutura do Subsistema de Educação de Adultos)

O Subsistema de Educação de Adultos destina-se à integração sócio-educativa e económica dos indivíduos a partir dos 15 (quinze) anos de idade, e estrutura-se da seguinte forma:

- a) Ensino Primário;
- b) Ensino Secundário.

ARTIGO 55.º

(Organização do Subsistema de Educação de Adultos)

1. O Ensino Primário de Adultos divide-se em dois ciclos e organiza-se da seguinte forma:

- a) Alfabetização, que corresponde às 1.ª e 2.ª classes e é frequentado por alunos com idades a partir de 15 (quinze) anos;
- b) Pós-Alfabetização, que corresponde às 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª classes e é frequentado por alunos com idades a partir de 17 (dezasete) anos.

2. O Ensino Secundário de Adultos organiza-se da seguinte forma:

- a) O I Ciclo do Ensino Secundário Geral, que compreende as 7.ª, 8.ª e 9.ª classes;
- b) O II ciclo do Ensino Secundário Geral, que compreende as 10.ª, 11.ª e 12.ª classes;
- c) A Formação Profissional Básica, que compreende as 7.ª, 8.ª e 9.ª classes;
- d) O Ensino Secundário Técnico, que compreende as 10.ª, 11.ª, 12.ª e 13.ª classes.

3. O Ensino Primário de Adultos tem uma organização flexível de conteúdos, metodologias de educação e de avaliação, bem como uma duração adequada às características, necessidades e aspirações dos beneficiários.

ARTIGO 56.º

(Local de realização da Educação de Adultos)

1. A Educação de Adultos é realizada em escolas públicas, público-privadas e privadas em horário diferente das actividades do ensino regular ou em horário flexível, desde que existam condições técnico-pedagógicas que o permitam.

2. A Educação de Adultos pode contar com o apoio de parceiros sociais, nomeadamente associações e organizações comunitárias, instituições militares e para-militares, religiosas e outras devidamente autorizadas para o efeito.

SECÇÃO VII

Instituições de Educação Pré-Escolar, de Ensino Primário e de Ensino Secundário

ARTIGO 57.º

(Natureza das Instituições de Educação Pré-Escolar, de Ensino Primário e de Ensino Secundário)

As Instituições de Educação Pré-Escolar, de Ensino Primário e de Ensino Secundário revestem a natureza de escolas públicas, escolas privadas e escolas público-privadas.

ARTIGO 58.º

(Tipologia de Instituições de Educação Pré-Escolar, de Ensino Primário e de Ensino Secundário)

1. As instituições de Educação Pré-Escolar são Centros Infantis.

2. As instituições de ensino dos Subsistemas de Ensino Geral, Técnico-Profissional, Formação de Professores e de Educação de Adultos podem ser:

- a) Escolas primárias;
- b) Escolas primárias e secundárias;
- c) Escolas secundárias.

3. As instituições primárias e secundárias podem ser:

- a) Escolas do Ensino Primário e do I Ciclo do Ensino Secundário;
- b) Escolas do Ensino Primário e do I e II Ciclo do Ensino Secundário.

4. As instituições do Ensino Secundário podem ser:

- a) Escolas do I Ciclo do Ensino Secundário;
- b) Escolas do I e II Ciclo do Ensino Secundário;
- c) Escolas do II Ciclo do Ensino Secundário;
- d) Institutos técnicos;
- e) Institutos politécnicos;
- f) Magistérios.

5. As instituições de ensino referidas nos números anteriores podem incluir lares e internatos para alunos, campos de produção, oficinas e outros serviços, bem como residências para gestores, professores e trabalhadores.

6. A organização e funcionamento das diferentes instituições de ensino referidas nos números anteriores são definidos em diploma próprio.

ARTIGO 59.º

(Designação das Instituições de Educação Pré-Escolar, de Ensino Primário e de Ensino Secundário)

1. As Instituições de Educação Pré-Escolar designam-se Centros Infantis.

2. As Instituições de Ensino Primário designam-se Escolas Primárias.

3. As Instituições de Ensino Secundário designam-se:

- a) Colégios, sempre que ministrem o I Ciclo do Ensino Secundário Geral;
- b) Liceus, sempre que ministrem o II Ciclo do Ensino Secundário Geral;
- c) Institutos Técnicos, sempre que ministrem cursos do Ensino Secundário Técnico numa área de formação;
- d) Institutos Politécnicos, sempre que ministrem cursos do Ensino Secundário Técnico em várias áreas de formação;
- e) Magistérios, sempre que ministrem cursos de Formação de Professores para a Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e I Ciclo do Ensino Secundário;
- f) Complexos Escolares, sempre que ministrem simultaneamente diferentes níveis de um mesmo subsistema de ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

ARTIGO 60.º

(Nomes associados às designações das Instituições de Educação Pré-Escolar, de Ensino Primário e de Ensino Secundário)

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, podem ser associados nomes distintivos às designações das instituições de ensino.

2. Os nomes associados às designações das instituições de ensino não devem ser os mesmos que os da respectiva Entidade Promotora, nem serem ofensivos à moral e aos bons costumes, nem devem ser conceitos vulgares ou banais ou representados por palavras usadas para designar objectos do senso comum.

3. Os nomes associados às designações das instituições de ensino não devem igualar-se ou confundir-se com as designações das diferentes instituições do sector da vida pública nacional.

4. Os nomes associados às designações das instituições de ensino podem adoptar nomes de heróis nacionais e personalidades que se destacaram no desenvolvimento da educação, a denominação da localidade onde se inserem e outras, cujos critérios de análise e determinação competem ao Titular do Poder Executivo.

SECÇÃO VIII

Objectivos Gerais e Estrutura do Subsistema de Ensino Superior

ARTIGO 61.º

(Subsistema de Ensino Superior)

O Subsistema de Ensino Superior é o conjunto integrado e diversificado de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros e técnicos de alto nível, a promoção e a realização da investigação científica e da extensão universitária com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento do País, assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana.

ARTIGO 62.º

(Acesso ao Ensino Superior)

1. Têm acesso ao Ensino Superior os indivíduos que tenham concluído o II Ciclo do Ensino Secundário ou equivalente e que tenham aprovado no exame de acesso organizado para o efeito.

2. São determinantes na selecção dos candidatos ao Ensino Superior o mérito e a excelência comprovados pela aplicação dos critérios do sistema de avaliação das aprendizagens na conclusão do ensino secundário, a compatibilidade entre a formação realizada no ensino secundário e a formação pretendida, bem como o mérito no exame de acesso.

3. O modo de aplicação das disposições referidas nos números anteriores, bem como o tratamento excepcional de casos de incompatibilidade entre a formação realizada no ensino secundário e a formação pretendida no ensino superior, são objecto de regulação em diploma próprio.

ARTIGO 63.º

(Objectivos Gerais do Subsistema de Ensino Superior)

Os objectivos gerais do Subsistema de Ensino Superior são os seguintes:

- a) Preparar quadros com alto nível de formação científica, técnica, cultural e humana, em diversas especialidades correspondentes a todas as áreas do conhecimento;
- b) Realizar a formação em estreita ligação com a investigação científica orientada para a solução dos problemas locais e nacionais inerentes ao desenvolvimento do País e inserida nos processos de desenvolvimento da ciência, da técnica e da tecnologia;
- c) Preparar e assegurar o exercício da reflexão crítica e da participação na actividade económica para o benefício da sociedade;
- d) Ministrando cursos de graduação e pós-graduação para a formação de quadros e técnicos de nível superior;
- e) Ministrando cursos de especialização, para a superação científica e técnica dos quadros de nível superior;
- f) Promover a investigação científica, a divulgação e aplicação dos seus resultados, para o enriquecimento da ciência e o desenvolvimento multidimensional do País;
- g) Promover a extensão universitária, através de acções que contribuam para o desenvolvimento da própria instituição e da comunidade em que está inserida;
- h) Desenvolver e consolidar a orientação vocacional e profissional com vista ao exercício de uma profissão.

ARTIGO 64.º

(Natureza binária do Subsistema de Ensino Superior)

1. O Subsistema de Ensino Superior tem natureza binária, caracterizada pela integração, no seu seio, de Instituições de Ensino Universitário e de Ensino Politécnico.

2. A natureza binária do Subsistema de Ensino Superior caracteriza-se igualmente pela organização autónoma e organização unificada das Instituições de Ensino Superior.

3. A organização autónoma consiste na implantação de um regime orgânico em que as Instituições de Ensino Universitário e Ensino Politécnico não dependem umas das outras.

4. A organização unificada consiste na implantação de um regime orgânico em que as Instituições de Ensino Universitário integram, no seu seio, as instituições de Ensino Politécnico.

ARTIGO 65.º

(Ensino Universitário)

1. O Ensino Universitário é orientado para formações científicas sólidas, com acções de formação aliadas à investigação científica fundamental, tendo em consideração as necessidades específicas de desenvolvimento do País e é ministrado nas Universidades e Academias.

2. O Ensino Universitário está direccionado para uma perspectiva de investigação científica e a criação de saberes conducentes à formação de especialistas.

3. O Ensino Universitário habilita à obtenção dos graus académicos de bacharel, licenciado, mestre e doutor.

ARTIGO 66.º
(Ensino Politécnico)

1. O Ensino Politécnico é vocacionado para formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente e é ministrado nas Escolas Superiores e Institutos Superiores.

2. O Ensino Politécnico desenvolve actividades no domínio da formação e da investigação científica aplicada e do desenvolvimento tecnológico, através de cursos dirigidos à compreensão e solução de problemas concretos para o exercício de uma profissão.

3. No Ensino Politécnico os cursos que concedem o grau de licenciatura são ministrados em modelo bi-etápico, em que é concedido o grau académico de bacharel na primeira etapa e o grau de licenciado na segunda etapa, ambos com carácter terminal.

ARTIGO 67.º
(Estrutura do Subsistema de Ensino Superior)

O Subsistema de Ensino Superior ministra cursos de graduação e de pós-graduação que se desenvolvem em harmonia com as necessidades específicas de desenvolvimento do País, com os Planos de Desenvolvimento Provinciais e das Instituições de Ensino Superior, sempre em articulação com os demais subsistemas de ensino que integram o Sistema de Educação e Ensino.

ARTIGO 68.º
(Graduação)

1. A graduação compreende os níveis de Bacharelato e de Licenciatura.

2. O Bacharelato corresponde a cursos com duração de 3 (três) anos e tem como objectivo permitir ao candidato que tenha concluído o II Ciclo do Ensino Secundário a aquisição de conhecimentos científicos e técnicos fundamentais, para o exercício de uma actividade prática num domínio profissional específico.

3. A Licenciatura corresponde a cursos com a duração de quatro a seis anos e tem como objectivo permitir ao candidato que tenha concluído o II Ciclo do Ensino Secundário ou o Bacharelato, a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e práticas fundamentais dentro de um ramo do conhecimento específico e a subsequente formação profissional ou académica específica.

ARTIGO 69.º
(Pós-graduação)

1. A pós-graduação nas Instituições de Ensino Superior compreende as categorias académica e profissional.

2. A pós-graduação académica tem dois níveis: o Mestrado e o Doutoramento.

3. O Mestrado, com a duração de dois a três anos, tem como objectivo essencial o aprofundamento da competência científica e técnico-profissional dos licenciados.

4. O Doutoramento, com duração de quatro a cinco anos, é um processo de formação e de investigação, que visa proporcionar uma capacidade científica, técnica e humana dos candidatos diplomados em Cursos de Licenciatura ou de Mestrado, culminando com uma tese, cujo conteúdo é inovador e original para o progresso da ciência, da técnica e da tecnologia e relevante contributo para o desenvolvimento da Humanidade.

5. A pós-graduação profissional tem como objectivo o aperfeiçoamento técnico-profissional do indivíduo que tenha concluído um dos níveis da formação graduada e compreende:

- a) A capacitação profissional, com cursos de duração variada;
- b) A especialização, com cursos de duração mínima de um ano, em função das áreas do conhecimento.

ARTIGO 70.º
(Instituições de Ensino Superior)

As Instituições de Ensino Superior são centros vocacionados para a promoção da formação académica e profissional, da investigação científica e da extensão universitária, com personalidade jurídica própria e regem-se nos termos da presente Lei e demais legislação aplicável.

ARTIGO 71.º
(Natureza das Instituições de Ensino Superior)

As Instituições de Ensino Superior podem ser de natureza pública, privada ou público-privada, nos termos do disposto na presente Lei e demais legislação aplicável.

ARTIGO 72.º
(Tipos de Instituições de Ensino Superior)

1. As Instituições de Ensino Superior, em função das particularidades das suas actividades nos domínios do ensino, da investigação científica e da extensão universitária, constituem-se em:

- a) Academias de Altos Estudos, sempre que se dediquem especificamente à formação pós-graduada académica e profissional, à investigação científica fundamental e aplicada e à extensão universitária, numa única área do saber e excepcionalmente em mais do que uma área do saber;
- b) Universidades, sempre que se dediquem à formação graduada e à formação pós-graduada académica e profissional, à investigação científica fundamental e aplicada e à extensão universitária, em mais de três áreas do saber;

- c) Institutos Superiores Politécnicos, sempre que se dediquem à formação graduada e à formação pós-graduada académica e profissional, à investigação científica aplicada e à extensão universitária, em três áreas do saber;
- d) Institutos Superiores Técnicos, sempre que se dediquem à formação graduada e à formação pós-graduada académica e profissional, à investigação científica aplicada e à extensão universitária, numa única área do saber;
- e) Escolas Superiores Politécnicas, sempre que se dediquem à formação graduada, à investigação científica aplicada e à extensão universitária, em três áreas do saber;
- f) Escolas Superiores Técnicas, sempre que se dediquem à formação graduada, à investigação científica aplicada e à extensão universitária, numa única área do saber.

2. As Instituições de Ensino Superior organizam-se em diferentes unidades orgânicas, cuja denominação depende da sua especificidade e complexidade, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

ARTIGO 73.º

(Áreas de Saber nas Instituições de Ensino Superior)

1. As Áreas de Saber são propostas pelas Instituições de Ensino Superior, tendo em conta as concepções científicas previstas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como as necessidades e as prioridades de desenvolvimento local e nacional.

2. Cada Área de Saber nas Instituições de Ensino Superior integra um conjunto de cursos e especialidades, cujos fundamentos assentam nas mesmas disciplinas científicas ou em disciplinas científicas com afinidades comprovadas, cuja aprovação é objecto de regulamentação em diploma próprio.

3. Cada curso e especialidade conta com um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade, tendo o grau académico de Doutor nas Academias de Altos Estudos, o grau académico de Doutor e de Mestre nas Universidades, nos Institutos Superiores Politécnicos, nos Institutos Superiores Técnicos, nas Escolas Superiores Politécnicas, nas Escolas Superiores Técnicas, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

ARTIGO 74.º

(Nomes associados aos tipos de Instituições de Ensino Superior)

1. A utilização da designação dos tipos de instituições de ensino referidos no artigo 72.º da presente Lei é reservada exclusivamente às Instituições de Ensino Superior.

2. Na designação de Instituições de Ensino Superior podem ser adoptados nomes com referências de heróis nacionais e

personalidades que se destacaram no desenvolvimento das ciências e da cultura e a denominação da localidade em que se insere a instituição de ensino.

3. As Instituições de Ensino Superior adoptam nomes diferentes da respectiva Entidade Promotora e das demais instituições da vida nacional, devendo enaltecere a moral e os bons costumes, e distanciar-se da vulgaridade, da banalização e de outras representações ofensivas aos valores nacionais.

4. Os critérios de análise e determinação dos nomes associados às Instituições de Ensino Superior são determinados pelo Titular do Poder Executivo.

ARTIGO 75.º

(Classificação das Instituições de Ensino Superior)

1. O Titular do Poder Executivo estabelece os critérios de classificação das Instituições de Ensino Superior com base em pressupostos científicos, pedagógicos, académicos, administrativos e infra-estruturais.

2. A classificação das instituições de ensino superior decorre do processo de avaliação institucional interna ou externa e é definida em diploma próprio.

ARTIGO 76.º

(Promoção da formação, da investigação científica e da extensão universitária)

O Titular do Poder Executivo promove e apoia as iniciativas das entidades públicas, privadas e público-privadas no sentido de estimular o desenvolvimento da formação de quadros e técnicos, da investigação científica fundamental e aplicada e da extensão universitária.

ARTIGO 77.º

(Autonomia das Instituições de Ensino Superior)

Todas as Instituições de Ensino Superior gozam de autonomia que se traduz na prerrogativa de tomar decisões sobre diferentes matérias inerentes à sua organização e funcionamento, nos domínios científico, pedagógico, cultural, disciplinar, administrativo, financeiro e patrimonial, nos termos da presente Lei e demais legislação aplicável.

ARTIGO 78.º

(Liberdade académica)

Todas as Instituições de Ensino Superior gozam de liberdade académica que se traduz em assegurar a pluralidade na concepção científica e no método, nos domínios do ensino e aprendizagem, de investigação científica e da extensão universitária, nomeadamente por via da elaboração e implementação de projectos educativos, programas de ensino, projectos de investigação científica, planos e projectos de desenvolvimento específicos, nos termos da presente Lei e demais legislação aplicável.

ARTIGO 79.º

(Gestão democrática)

Todas as Instituições de Ensino Superior devem contribuir para o desenvolvimento do espírito e de práticas de gestão democrática, através da adopção de estruturas e processos

participativos dos actores e dos membros da comunidade, visando a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, da investigação científica e da extensão universitária, nos termos da presente Lei e demais legislação aplicável

ARTIGO 80.º

(Responsabilidade científica, tecnológica e cultural)

1. Todas as Instituições de Ensino Superior têm a responsabilidade de contribuir para o fortalecimento da Ciência, da Técnica e da Tecnologia, participando na resolução dos diversos problemas e desafios da vida económica, social e cultural para a promoção do desenvolvimento sustentado do País, nos termos da presente Lei e demais legislação aplicável.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, todos os actores das Instituições de Ensino Superior devem promover o respeito pela propriedade intelectual, nos termos da lei.

CAPÍTULO IV

Objectivos e Organização das Modalidades Diferenciadas de Educação

SECÇÃO I

Modalidades de Educação

ARTIGO 81.º

(Modalidades Diferenciadas de Educação)

As modalidades diferenciadas de educação são modos específicos de organização e realização de processos educativos, transversais a vários subsistemas de ensino, adaptados em função das particularidades dos beneficiários.

ARTIGO 82.º

(Classificação das modalidades diferenciadas de educação)

As modalidades diferenciadas de educação são as seguintes:

- a) Educação Especial;
- b) Educação Extra-Escolar;
- c) Ensino à Distância;
- d) Ensino Semi-Presencial.

SECÇÃO II

Modalidade de Educação Especial

ARTIGO 83.º

(Educação Especial)

A Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal a todos os subsistemas de ensino e é destinada aos indivíduos com necessidades educativas especiais, nomeadamente os educandos com deficiências, transtornos de desenvolvimento ou de aprendizagem e os educandos com altas habilidades ou sobredotados, visando a sua integração sócio-educativa.

ARTIGO 84.º

(Objectivos específicos da Modalidade de Educação Especial)

Os objectivos específicos da Modalidade de Educação Especial são os seguintes:

- a) Assegurar aos indivíduos com necessidades educativas especiais o alcance dos objectivos educativos dos diferentes subsistemas de ensino;

b) Desenvolver as potencialidades físicas e intelectuais, reduzindo as limitações provocadas pelas deficiências ou transtornos;

c) Apoiar a inserção familiar, escolar e social dos indivíduos com necessidades educativas especiais, ajudando na aquisição de estabilidade emocional e social, bem como a auto-estima e a auto-confiança;

d) Desenvolver as capacidades de comunicação oral, escrita ou gestual;

e) Desenvolver capacidades, hábitos e habilidades para a vida activa, associadas ao espírito de iniciativa, criatividade e de autonomia;

f) Proporcionar uma adequada preparação e orientação vocacional e profissional, visando a integração na vida social;

g) Criar condições para o desenvolvimento das habilidades, capacidades e potencialidades dos indivíduos sobredotados.

ARTIGO 85.º

(Organização da Modalidade de Educação Especial)

1. A Modalidade de Educação Especial organiza-se de forma diferenciada, ajustada às particularidades dos indivíduos com necessidades educativas especiais.

2. A Modalidade de Educação Especial pode ser ministrada em:

a) Instituições de ensino de todos os subsistemas de ensino;

b) Instituições de ensino especializadas de todos os subsistemas de ensino;

c) Salas especializadas de outras instituições autorizadas para o efeito.

3. A Modalidade de Educação Especial requer a adequação e a adaptação dos currículos, programas de ensino, regime de avaliação das aprendizagens e demais dispositivos educativos afins, às particularidades dos alunos beneficiários.

4. As formas de organização do processo de ensino e aprendizagem dos indivíduos sobredotados são reguladas em diploma próprio.

SECÇÃO III

Modalidade de Educação Extra-Escolar

ARTIGO 86.º

(Educação Extra-Escolar)

A Educação Extra-Escolar é uma modalidade de ensino transversal a todos os subsistemas de ensino e compreende um conjunto de acções complementares às actividades curriculares.

ARTIGO 87.º

(Objectivos Específicos da Educação Extra-Escolar)

Os objectivos específicos da Modalidade de Educação Extra-Escolar são os seguintes:

- a) Favorecer o desenvolvimento de atitudes de solidariedade social, espírito de equipa e de participação na vida da comunidade;

- b) Assegurar o desenvolvimento harmonioso das potencialidades e capacidades dos indivíduos;
- c) Reforçar o conhecimento e a troca de experiências entre os indivíduos;
- d) Proporcionar o desenvolvimento da orientação vocacional e o espírito de iniciativa;
- e) Promover e propiciar a relação com instituições de ensino e investigação científica, com unidades produtivas, com instituições filantrópicas e com demais instituições;
- f) Assegurar a realização de actividades de estudo dirigido, orientadas para a correcção e superação de dificuldades de aprendizagem;
- g) Assegurar a ocupação criativa dos tempos livres com actividades recreativas, desportivas, culturais e sócio-educativas.

ARTIGO 88.º

(Organização da Modalidade de Educação Extra-Escolar)

1. A Educação Extra-Escolar é organizada pelas instituições de ensino, através de actividades que complementam os conteúdos curriculares e podem recorrer a parcerias com outras instituições de ensino e de investigação científica, com unidades produtivas, com instituições filantrópicas e demais organizações.

2. As actividades de Educação Extra-Escolar são organizadas de várias formas, sendo entre outras, clubes juvenis, círculos de interesse, excursões, acampamentos, actividades produtivas, recreativas, desportivas e culturais, visitas de estudo, palestras e sessões de estudo orientado.

SECÇÃO IV

Modalidade de Ensino à Distância

ARTIGO 89.º

(Ensino à Distância)

1. O Ensino à Distância é uma modalidade em que o processo de ensino-aprendizagem ocorre de forma virtual, com recurso à utilização de tecnologias de informação e outros meios de comunicação e diverso material bibliográfico, complementado por momentos de interacção presencial directa entre alunos, professores e demais actores.

2. Para efeitos da presente Lei, a Modalidade de Ensino à Distância tem como referência o Ensino Presencial, devendo os objectivos gerais e específicos dos diferentes subsistemas de ensino ser assegurados e operacionalizados nos programas de ensino devidamente acreditados.

ARTIGO 90.º

(Organização da Modalidade de Ensino à Distância)

A Modalidade de Ensino à Distância é transversal aos diversos subsistemas de ensino e é organizada de acordo com as particularidades das respectivas instituições de ensino acreditadas e com alguns ciclos de avaliação institucional positiva no Ensino Presencial.

ARTIGO 91.º

(Objectivos das Modalidades de Ensino à Distância)

Os objectivos da Modalidade de Ensino à Distância são os mesmos definidos para cada um dos subsistemas de ensino em que elas se desenvolvem.

SECÇÃO V

Modalidade de Ensino Semi-Presencial

ARTIGO 92.º

(Ensino Semi-Presencial)

1. O Ensino Semi-Presencial é uma modalidade de ensino-aprendizagem em que a interacção presencial e directa entre alunos, professores e demais actores ocorre de modo intermitente, com recurso à utilização de tecnologias de informação e outros meios de comunicação e diverso material bibliográfico de ensino.

2. Para efeitos da presente Lei, a Modalidade de Ensino Semi-Presencial tem como referência o Ensino Presencial, devendo os objectivos gerais e específicos dos diferentes subsistemas de ensino ser assegurados e operacionalizados nos programas de ensino devidamente acreditados.

ARTIGO 93.º

(Organização da Modalidade de Ensino Semi-Presencial)

A Modalidade de Ensino Semi-Presencial é transversal aos diversos subsistemas de ensino e é organizada de acordo com as particularidades das respectivas instituições de ensino acreditadas e com alguns ciclos de avaliação institucional positiva no ensino presencial.

ARTIGO 94.º

(Objectivos da Modalidade de Ensino Semi-Presencial)

Os objectivos da Modalidade de Ensino Semi-Presencial são os mesmos definidos para cada um dos subsistemas de ensino em que elas se desenvolvem.

CAPÍTULO V

Recursos Humanos, Materiais e Financeiros

ARTIGO 95.º

(Agentes da Educação e Ensino)

1. Para efeitos da presente Lei, entende-se por Agentes da Educação e Ensino os docentes, supervisores pedagógicos, inspectores, titulares de órgãos de gestão das instituições de ensino, técnicos e demais especialistas da Área de Educação em efectivo serviço nos diferentes subsistemas de ensino.

2. Para o exercício das suas funções, aos docentes e aos demais Agentes da Educação e Ensino exige-se idoneidade e integridade moral e cívica, sentido patriótico, elevação permanente das suas competências técnico-científicas, profissionais, dedicação exclusiva e em tempo integral e demais requisitos, nos termos a regulamentar nos respectivos estatutos da carreira.

3. No exercício das suas funções, os docentes e os demais Agentes da Educação contam com a colaboração de parceiros, designadamente as famílias e a comunidade, desde que comprometidos com a realização dos fins do Sistema de Educação, nos termos a definir em cada subsistema de ensino.

ARTIGO 96.º

(Rede de Instituições de Ensino)

1. A Rede de Instituições de Ensino corresponde ao conjunto de estabelecimentos que em território nacional integram o Sistema de Educação e Ensino.

2. A elaboração da Carta Escolar, a orientação e o controlo das obras escolares e da Rede Escolar são da competência do Titular do Poder Executivo.

3. O mapeamento das Instituições de Ensino Superior, a orientação e o controlo das infra-estruturas e da Rede de Instituições de Ensino Superior são da competência do Titular do Poder Executivo.

4. A Rede Escolar e a Rede de Instituições de Ensino Superior são organizadas e harmonizadas de acordo com os Planos de Desenvolvimento Nacional, Provincial e Local.

5. Os órgãos da Administração Local do Estado e as Autarquias Locais têm competência para construir, apetrechar, conservar, manter e reparar as instituições escolares da Educação Pré-Escolar, do Ensino Primário e do I Ciclo do Ensino Secundário, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

6. Os órgãos da Administração Local do Estado e as Autarquias Locais protegem as instituições escolares e tomam as medidas tendentes a evitar todas as formas de degradação do património escolar.

ARTIGO 97.º

(Recursos educativos)

1. Todos os meios utilizados que contribuam para o desenvolvimento do Sistema de Educação e Ensino constituem recursos educativos.

2. Os recursos educativos são, entre outros, os seguintes:

- a) Guias e programas pedagógicos;
- b) Manuais escolares;
- c) Meios técnicos e tecnológicos de ensino;
- d) Bibliotecas;
- e) Equipamentos;
- f) Laboratórios;
- g) Oficinas;
- h) Instalações e material desportivo e cultural;
- i) Campos de ensaio, treinamento e experimentação;
- j) Auditórios e salas especializadas.

ARTIGO 98.º

(Financiamento das instituições de ensino dos diferentes subsistemas de ensino)

1. O financiamento das Instituições Públicas de Ensino é assegurado pelo Orçamento Geral do Estado e por outras fontes.

2. As instituições privadas e público-privadas de ensino são financiadas através da remuneração dos diferentes serviços prestados e por outras fontes de financiamento.

3. As fontes de financiamento referidas nos números anteriores devem ser diversificadas, podendo resultar de receitas da prestação de serviços no domínio do ensino, da actividade profissional, da actividade de investigação científica e de transferência de saberes à comunidade.

4. O Estado pode co-financiar instituições educativas de iniciativa privada em regime de parceria, desde que sejam de interesse público relevante ou estratégico.

5. O Titular do Poder Executivo estabelece o regime de financiamento aplicável às instituições de ensino públicas, privadas e público-privadas dos diferentes subsistemas de ensino.

ARTIGO 99.º

(Propinas, taxas e emolumentos)

1. O Titular do Poder Executivo regula e autoriza a cobrança de taxas e emolumentos pelos serviços prestados em Instituições Públicas de Ensino dos diversos níveis de ensino.

2. Os serviços prestados nas instituições privadas e público-privadas de ensino implicam o pagamento de propinas e de emolumentos.

3. Na definição do valor das propinas e dos emolumentos é aplicado o regime de preços vigiados, nos termos da legislação aplicável.

4. O valor das propinas e dos emolumentos praticados nas instituições de ensino é determinado por critérios de qualidade e em função da classificação obtida no processo de avaliação, devendo ser agrupadas por categorias, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

CAPÍTULO VI

Administração e Gestão do Sistema de Educação e Ensino

ARTIGO 100.º

(Direcção e superintendência das Instituições Públicas de Ensino)

1. As instituições públicas de educação e ensino estão sujeitas à direcção e superintendência do Titular do Poder Executivo a quem compete, entre outras, aprovar, acompanhar, monitorizar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução e a implementação dos objectivos e metas das instituições e do Sistema de Educação e Ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio para cada subsistema de ensino.

2. O Titular do Poder Executivo assume a iniciativa de criação de Instituições Públicas de Ensino, podendo, mediante protocolos de colaboração, contar com a participação dos demais entes públicos.

3. A colaboração dos os demais entes públicos, referida no número anterior, incide no processo de identificação das necessidades de formação, no financiamento e na administração e gestão, bem como no apoio à concepção e à implementação de planos e projectos de desenvolvimento específicos, visando a diversificação da oferta formativa e a melhoria da qualidade do ensino.

ARTIGO 101.º
(Relação do Estado com as Instituições Privadas e Público-Privadas de Ensino)

1. As Instituições Privadas de Ensino estão sujeitas à coordenação, regulação e fiscalização do Estado.

2. O Estado, por intermédio do Titular do Poder Executivo, estabelece as regras de criação, organização, funcionamento, avaliação, fiscalização e encerramento das Instituições Privadas e Público-Privadas de Ensino, nos termos da presente Lei e demais legislação aplicável.

3. Na relação com as Instituições Privadas e Público-Privadas de Ensino, o Titular do Poder Executivo exerce competências específicas no domínio da organização e gestão dos diferentes subsistemas de ensino.

4. As Instituições Privadas e Público-Privadas de Ensino colaboram com o Estado na formulação e na execução das Políticas Nacionais de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e nos Programas de Desenvolvimento Local e Nacional.

ARTIGO 102.º
(Níveis de administração do Sistema de Educação e Ensino)

1. A administração do Sistema de Educação e Ensino é assegurada pelos Órgãos da Administração Central e Local do Estado, a quem compete, designadamente, o seguinte:

- a) Conceber, definir, dirigir, coordenar, controlar, fiscalizar e avaliar o Sistema de Educação e Ensino;
- b) Planificar e dirigir, normativa e metodologicamente, a actividade de ensino e de investigação pedagógica e científica.

2. Na administração do Sistema de Educação e Ensino, os Órgãos da Administração Central e Local do Estado colaboram com o Poder Local, nos termos da presente Lei e demais legislação aplicável.

3. A nível da Administração Central do Estado é criado um espaço de concertação alargada sobre matérias inerentes ao desenvolvimento do Sistema de Educação e Ensino.

4. A delimitação e articulação de competências entre os diferentes níveis de administração do Sistema de Educação e Ensino é objecto de regulamentação própria.

ARTIGO 103.º
(Enquadramento e organização das Instituições de Ensino)

1. As instituições de ensino são unidades de base do Sistema de Educação e Ensino e organizam-se de acordo com os subsistemas de ensino em que estiverem inseridas.

2. As instituições de ensino, independentemente das suas especificidades, organizam-se de modo a que, com a vida interna, as relações, o conteúdo, a forma e os métodos de trabalho contribuam para a realização dos objectivos da educação.

3. As normas gerais para a vida interna das instituições de ensino são estabelecidas nos respectivos estatutos e regulamentos internos.

ARTIGO 104.º
(Outras instituições integradas no Sistema de Educação e Ensino)

1. As instituições de ensino promovidas por organizações militares e para-militares podem ser enquadradas no Sistema de Educação e Ensino, desde que cumpram os pressupostos legais para a sua criação e funcionamento, bem como os objectivos gerais e específicos dos subsistemas de ensino, nos termos da presente Lei e demais legislação aplicável.

2. O Estado pode, mediante processos e mecanismos a estabelecer, integrar no Sistema de Educação e Ensino as instituições de ensino promovidos pelo Estado angolano, sediados nos países onde seja expressiva a comunidade angolana, respeitando o ordenamento jurídico dos respectivos Estados.

ARTIGO 105.º
(Currículos, planos de estudos, programas de ensino e manuais escolares)

1. Os currículos, planos de estudos e programas de ensino e os manuais escolares para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Primário e o Ensino Secundário têm carácter nacional e são de cumprimento obrigatório nos termos a aprovar pelo Titular do Poder Executivo.

2. Os currículos, planos de estudos, programas de ensino e os manuais escolares para o Ensino Superior regem-se por normas específicas, estabelecidas em diploma próprio.

3. As normas curriculares e pedagógicas para cada subsistema de ensino são estabelecidas em diploma próprio.

4. Os currículos, planos de estudos e programas de ensino e os manuais escolares das escolas consulares sedeadas em Angola regem-se pelos regulamentos dos respectivos países, devendo assegurar igualmente a integração sócio-cultural dos alunos no contexto angolano.

ARTIGO 106.º
(Orientação vocacional e profissional)

1. A orientação vocacional e profissional constitui parte da formação integral e multifacética, visa conhecer e consolidar as vocações, assegurar o desenvolvimento de competências profissionais e a inserção no mercado de trabalho e na vida activa.

2. A orientação vocacional e profissional assenta no conhecimento das aspirações e capacidades dos educandos e das particularidades do meio social e do mercado de trabalho, bem como das prioridades de desenvolvimento político, económico, social e cultural do País.

3. A orientação vocacional e profissional é assegurada em cada instituição de ensino a todos os níveis do Sistema de Educação e Ensino, através de actividades curriculares e extra-curriculares e outros serviços.

ARTIGO 107.º
(Regime de frequência e transição)

1. O acesso e frequência do ensino superior por qualquer candidato supõe a compatibilidade entre a formação realizada no ensino secundário e a formação pretendida.

2. Os regimes de frequência e transição nos diferentes subsistemas de ensino, pelas suas peculiaridades e características da população-alvo, são objecto de regulamentação própria.

3. O regime de acesso e frequência nas instituições dos diferentes subsistemas de ensino por cidadãos estrangeiros é definido em diploma próprio.

ARTIGO 108.º

(Títulos a atribuir no Sistema de Educação e Ensino)

1. A frequência e a conclusão dos diferentes níveis de ensino são formalmente comprovadas através da atribuição de títulos, designadamente Atestado, Certificado e Diploma, que representam documentos oficiais emitidos por instituições de ensino.

2. O Atestado é o documento oficial emitido por uma instituição de ensino, que comprova a frequência e a conclusão de um nível de ensino.

3. O Certificado é o documento oficial emitido por uma instituição de ensino, que comprova as habilitações, o percurso curricular, o aproveitamento escolar ou académico, menção sobre as qualidades relevantes, bem como a duração do período de formação, em função das exigências estabelecidas no Plano de Estudo.

4. O Diploma é o documento oficial emitido por uma instituição de ensino ou por uma entidade competente, que comprova a conclusão com sucesso de um curso técnico ou profissionalizante, confere um grau académico determinado e habilita para o exercício de uma profissão.

5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as instituições de ensino podem emitir outros documentos para diversos efeitos, que não substituem os títulos referidos no presente artigo.

6. As características dos títulos referidos no presente artigo, bem como as entidades emissoras dos mesmos, são definidas em diploma próprio para cada subsistema de ensino.

ARTIGO 109.º

(Títulos a atribuir nos diferentes níveis de ensino)

Os títulos a atribuir nos diferentes níveis de ensino do Sistema de Educação são os seguintes:

- a) Atestado, após a conclusão da Educação Pré-Escolar;
- b) Certificado, após a conclusão do Ensino Primário;
- c) Certificado, após a conclusão do I Ciclo do Ensino Secundário Geral;
- d) Diploma e Certificado, após a conclusão de um curso de Formação Profissional Básica;
- e) Diploma e Certificado, após a conclusão de um curso do II Ciclo do Ensino Secundário Geral;

f) Diploma e Certificado, após conclusão de um curso do II Ciclo do Ensino Secundário Técnico e do Ensino Secundário Pedagógico;

g) Diploma e Certificado, após a conclusão de um curso de nível de Bacharelato;

h) Diploma e Certificado, após a conclusão de um curso de nível de Licenciatura;

i) Diploma ou Certificado, após a conclusão de um curso de nível de Especialização;

j) Diploma e Certificado, após a conclusão de um curso de nível de Mestrado;

k) Diploma e Certificado, após a conclusão de um curso de nível de Doutoramento.

ARTIGO 110.º

(Graus a atribuir nos diferentes níveis de ensino)

1. Os graus a atribuir nos diferentes níveis de ensino do Sistema de Educação são os seguintes:

a) Técnico, para o indivíduo que conclua um curso de Formação Profissional Básica;

b) Técnico, para o indivíduo que conclua cursos do II Ciclo Ensino Secundário Técnico e Ensino Secundário Pedagógico;

c) Bacharel, para os indivíduos que conclua cursos de nível de Bacharelato;

d) Licenciado, para os indivíduos que conclua cursos de nível de Licenciatura;

e) Mestre, para os indivíduos que conclua cursos de nível de Mestrado;

f) Doutor, para os indivíduos que conclua cursos de nível de Doutoramento.

2. As Instituições de Ensino Superior podem outorgar títulos honoríficos, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

ARTIGO 111.º

(Registo dos diplomados)

1. As informações sobre os detentores de Certificados e Diplomas constam de uma base de dados nacional por subsistemas de ensino, gerida pelos órgãos que superintendem o Sistema de Educação e Ensino.

2. As informações sobre os detentores de Certificados e Diplomas constam de um livro de registo gerido por cada instituição de ensino e devidamente validado pelos órgãos que superintendem o Sistema de Educação e Ensino.

3. O disposto nos números anteriores é objecto de regulamentação própria para cada subsistema de ensino.

ARTIGO 112.º

(Homologação de títulos escolares e académicos)

1. Os Certificados e Diplomas emitidos por instituições de ensino são homologados pelos órgãos que superintendem o Sistema de Educação e Ensino.

2. Os requisitos e procedimentos de homologação de títulos escolares e académicos são estabelecidos em diploma próprio.

ARTIGO 113.º

(Comparabilidade do Sistema de Educação, reconhecimento e equivalência de estudos)

1. A comparabilidade do Sistema de Educação e Ensino que consta da presente Lei com os sistemas de educação de outros países é feita com base num quadro de referência aprovado pelo Titular do Poder Executivo e que serve para o estabelecimento de acordos de reconhecimento mútuo de estudos, títulos e graus escolares e académicos.

2. Os Certificados e Diplomas dos níveis de Ensino Primário, Secundário e Superior, concluídos no estrangeiro, são válidos na República de Angola desde que sejam reconhecidos pelo Titular do Poder Executivo.

3. Os requisitos e procedimentos de reconhecimento e equivalência de estudos feitos no exterior do País são estabelecidos em diploma próprio.

ARTIGO 114.º

(Apoio social)

1. O Titular do Poder Executivo estabelece normas dos serviços de apoio social, para benefício de alunos, destinados a minimizar o impacto negativo das condições económicas e sociais precárias no desenvolvimento dos alunos e no seu desempenho escolar e académico, aumentando as possibilidades de sucesso escolar.

2. Os serviços de apoio social concedem apoios sob diversas formas, tais como merenda escolar, bolsas de estudo, material escolar, senhas de transporte, lares e internatos, assistência psicopedagógica, orientação vocacional e profissional e outros.

ARTIGO 115.º

(Calendário Escolar e Calendário Académico)

1. O ano escolar corresponde ao período em que as instituições de ensino desenvolvem actividades lectivas e não lectivas, que compreende um ano lectivo e um ano académico.

2. O Calendário Escolar delimita o ano lectivo, tem carácter nacional e é de cumprimento obrigatório nos Subsistemas de Ensino Geral, Ensino Técnico-Profissional, Formação de Professores e Educação de Adultos.

3. O Calendário Académico delimita o ano académico do Subsistema de Ensino Superior, tem carácter nacional e é de cumprimento obrigatório.

4. O ano lectivo e o ano académico têm a duração mínima de 180 dias úteis de actividades lectivas.

5. O Calendário Escolar para o Subsistema de Educação Pré-Escolar tem uma estrutura própria, ajustada às peculiaridades do referido subsistema de ensino.

6. A determinação e a definição do Calendário Escolar e do Calendário Académico é da competência do Titular do Poder Executivo.

ARTIGO 116.º

(Supervisão Pedagógica)

1. A Supervisão Pedagógica consiste no controlo, acompanhamento, apoio didáctico, pedagógico e técnico a todos os processos educativos e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista os objectivos para cada subsistema de ensino, estabelecidos na presente Lei.

2. A Supervisão Pedagógica é realizada pelo Titular do Poder Executivo, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

ARTIGO 117.º

(Inspeção do Sistema de Educação e Ensino)

1. A inspeção do Sistema de Educação e Ensino consiste no controlo, na fiscalização e na verificação da conformidade das condições de organização e gestão dos dispositivos educativos e do funcionamento das instituições de ensino e das demais estruturas do Sistema de Educação e Ensino, em função das orientações e das normas estabelecidas, nos termos da presente Lei e demais legislação aplicável.

2. As inconformidades constatadas nos actos de inspeção são objecto de correcção de acordo com as recomendações pontuais e plano específico de implementação das mesmas e em caso de incumprimento ou gravidade são sujeitas a procedimento disciplinar ou criminal, conforme a situação, nos termos a regulamentar para cada subsistema de ensino.

3. A inspeção do Sistema de Educação e Ensino é realizada pelo Titular do Poder Executivo, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

ARTIGO 118.º

(Avaliação do Sistema de Educação e Ensino)

1. A avaliação do Sistema de Educação e Ensino consiste na aferição da qualidade do desempenho e dos resultados alcançados pelas instituições de ensino e demais estruturas do Sistema, de acordo com o Sistema Nacional de Garantia de Qualidade, aplicável a cada subsistema de ensino.

2. O Sistema Nacional de Garantia de Qualidade, aplicável a cada subsistema de ensino, é estabelecido em diploma próprio.

ARTIGO 119.º

(Criação de instituições de ensino)

1. As instituições de ensino são criadas quando preenchem os requisitos legais exigidos, devendo observar as condições gerais seguintes:

- a) Alinhamento do projecto educativo e do plano de desenvolvimento institucional, às exigências estabelecidas para o respectivo subsistema de ensino e ao plano nacional de desenvolvimento;
- b) Conformidade da organização e gestão previstas nas propostas de estatutos e demais regulamentos, bem como nas propostas de programas de ensino e de diferentes actividades, com as normas legais e os princípios que regem o Sistema de Educação;

- c) Garantia de financiamento sustentável e asseguramento permanente dos recursos humanos qualificados e materiais compatíveis com as exigências estabelecidas para o respectivo subsistema de ensino;
- d) Garantia de enquadramento de agentes educativos com idoneidade e integridade moral e cívica e sentido patriótico, competências técnico-científicas e profissionais reconhecidas, bem como com dedicação exclusiva em regime de tempo integral.

2. As instituições de ensino são criadas pelo Titular do Poder Executivo, tendo em conta as condições específicas de cada projecto educativo, bem como a situação económica e as necessidades de desenvolvimento do País, nos termos a regulamentar em diploma próprio para cada subsistema de ensino.

3. O regime de criação das instituições de ensino militares e para-militares é estabelecido em diploma próprio.

ARTIGO 120.º

(Encerramento de instituições de ensino)

1. As instituições de ensino são encerradas quando deixam de corresponder aos fins para as quais foram criadas, verificando-se as situações gerais seguintes:

- a) Incumprimento do projecto educativo e do Plano de Desenvolvimento Institucional aprovado, bem como das exigências estabelecidas para o respectivo subsistema de ensino e do Plano Nacional de Desenvolvimento;
- b) Desconformidade da organização e gestão da instituição de ensino com os estatutos e demais regulamentos aprovados, bem como com os programas de ensino e de diferentes actividades e as normas legais e os princípios que regem o Sistema de Educação;
- c) Incapacidade de garantir o financiamento sustentável e o asseguramento permanente dos recursos humanos qualificados e materiais compatíveis com as exigências estabelecidas para o respectivo subsistema de ensino;
- d) Incapacidade de garantir o enquadramento de agentes educativos com idoneidade e integridade moral e cívica e sentido patriótico, competências técnico-científicas e profissionais reconhecidas, com dedicação exclusiva e em regime de tempo integral.

2. As instituições de ensino são encerradas pelo Titular do Poder Executivo, tendo em conta as condições específicas de cada projecto educativo, bem como a situação económica e as necessidades de desenvolvimento do País, nos termos a regulamentar em diploma próprio para cada subsistema de ensino.

3. O regime de encerramento das instituições de ensino militares e para-militares é estabelecido em diploma próprio.

ARTIGO 121.º

(Prestação de informação à sociedade)

1. Os Órgãos Auxiliares do Titular do Poder Executivo que superintendem os subsistemas de ensino e as instituições de ensino prestam periodicamente informações à sociedade e aos interessados nos benefícios do Sistema de Educação e Ensino, sobre as oportunidades de educação e ensino, as ofertas de serviços existentes, bem como sobre a qualidade das ofertas educativas e formativas.

2. A prestação de informações e a publicidade devem obedecer à lei, à ética e à dignidade da acção educativa, visando uma informação correcta, com respeito à verdade.

ARTIGO 122.º

(Invalidade de actos, benefícios e títulos escolares e académicos)

1. Todos os actos praticados e os benefícios concedidos, bem como todos os títulos outorgados, decorrentes do incumprimento das disposições da presente Lei ou de qualquer outra prática irregular comprovada que perigues os objectivos de cada subsistema de ensino, são inválidos e sem quaisquer efeitos escolares e académicos.

2. Os actos praticados e os benefícios concedidos considerados inválidos e sem quaisquer efeitos escolares e académicos, nos termos do número anterior, são definidos, para cada subsistema de ensino, em diploma próprio.

3. O disposto nos números anteriores não obsta a responsabilização disciplinar, civil ou criminal dos seus autores, nos termos da lei.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 123.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões, resultantes da interpretação e da aplicação da presente Lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 124.º

(Norma revogatória)

É revogada a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, e toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei.

ARTIGO 125.º

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 11 de Agosto de 2016.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Promulgada aos 27 de Setembro de 2016.

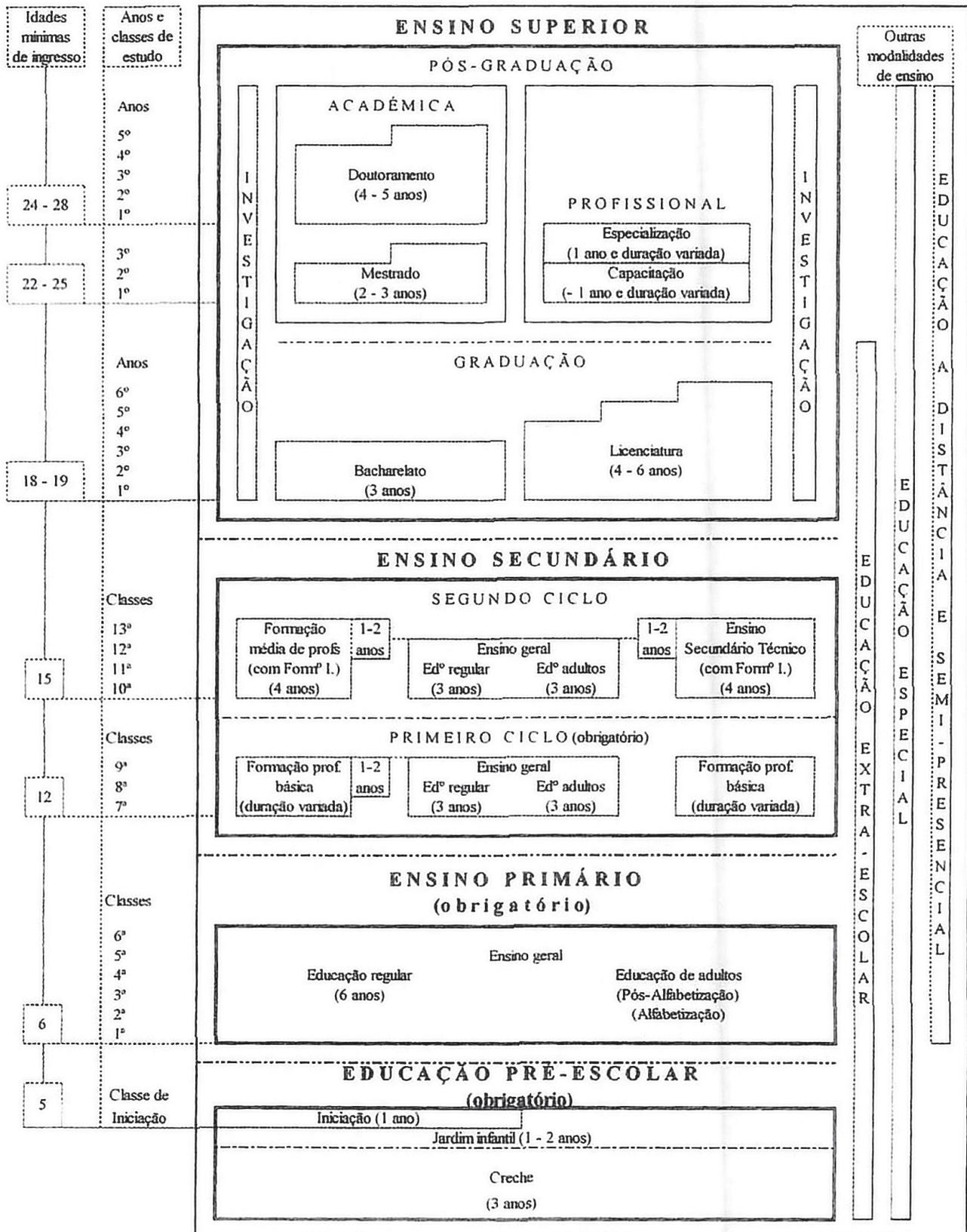
Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

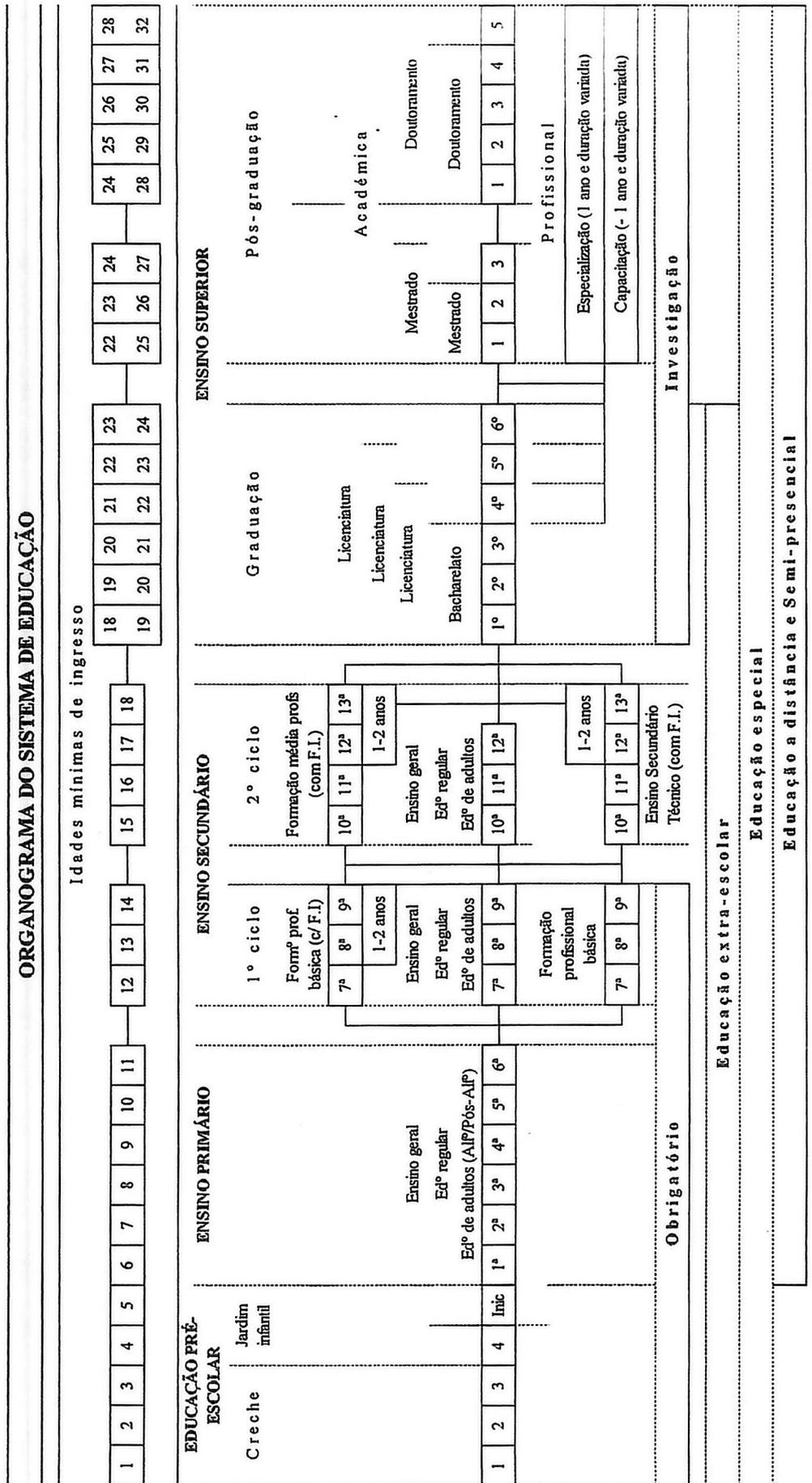
Anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 20.º da presente Lei

ANEXO I

Organograma do Sistema de Educação (Estrutura Vertical)



ANEXO II
Organograma do Sistema de Educação (Estrutura Horizontal)



O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

O Presidente da República, *José Eduardo dos Santos*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Despacho n.º 466/16 de 7 de Outubro

O Ministério do Interior e respectivos Serviços Executivos têm à sua carga veículos automóveis cuja vida útil há muito se esgotou, facto que sobrecarrega o respectivo orçamento.

Convindo adoptar medidas destinadas ao abate à carga dessas viaturas, em cumprimento da lei;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º (Criação)

É criada a Comissão Multisectorial para Avaliação e Condução do Processo de Abate dos Veículos à Carga do Ministério do Interior e dos respectivos Serviços Executivos.

ARTIGO 2.º (Composição)

A Comissão Multisectorial referida no artigo anterior tem a seguinte composição:

- a) Director de Infra-Estruturas e Equipamentos — Coordenador;
- b) Directora de Planeamento e Finanças — Coordenadora-Adjunta;
- c) Chefe de Departamento de Transportes e Equipamentos da DIE;
- d) Chefe de Departamento de Património da DPF;
- e) Chefe de Departamento de Assessoria Jurídica do Gabinete Jurídico;
- f) Chefe de Departamento de Transportes do SIC;
- g) Chefe de Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos do Serviço Penitenciário;
- h) Chefe de Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros;
- i) Chefe de Departamento de Exploração e Reparações da DNT/PN;
- j) Chefe de Secção de Transportes do Serviço de Migração e Estrangeiros;
- k) Chefe de Secção de Finanças da Direcção de Recursos Humanos/MININT.

ARTIGO 3.º (Âmbito)

A Comissão Multisectorial criada nos termos do presente Diploma exerce a sua actividade em todo o território nacional.

ARTIGO 4.º (Atribuições)

As atribuições da Comissão Multisectorial são as previstas nos artigos 32.º e 33.º do Decreto Presidencial n.º 92/16, de 4 de Maio.

ARTIGO 5.º (Duração)

As actividades relativas à avaliação e ao abate dos veículos automóveis à carga do Ministério do Interior devem ser desenvolvidas durante seis meses, findos quais o Coordenador deve apresentar o Relatório Final ao Ministro do Interior.

ARTIGO 6.º (Informação periódica)

O Coordenador da Comissão Multisectorial, para além do relatório referido no artigo anterior, deve lavrar relatórios mensais para serem presentes ao Ministro do Interior.

ARTIGO 7.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 8.º (Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Outubro de 2016.

O Ministro, *Ángelo de Barros Veiga Tavares*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Despacho n.º 467/16 de 7 de Outubro

Estando em curso o processo de privatização da EMPROTEL — Luanda, aprovado por Decreto Executivo Conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro do Comércio, Hotelaria e Turismo, de 19 de Janeiro de 1995, ratificado por Despacho n.º 15/95, de 20 de Outubro, no Diário da República, I Série, n.º 42;

Tendo em conta que a Lei n.º 10/94, de 31 de Agosto — Lei das Privatizações, estabelece que a condução dos processos são da competência de uma Comissão de Negociação nomeada para cada processo.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, dispostos no artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e na alínea e) do artigo 2.º do Estatuto do Ministério da Economia, conjugados com a Lei n.º 10/94, de 31 de Agosto — Lei das Privatizações, determino:

1.º — É criada a Comissão de Negociação para a condução do processo de privatização da EMPROTEL — Luanda, integrada por:

- a) Joana da Graça da Silva Palhares — Coordenadora;
- b) Flávio Vladimir Machado António — Representante do Ministério da Hotelaria e Turismo;
- c) Romy de Fátima da Costa Jerome — Representante da empresa, incorporando as vestes de accionista.

2.º — A Comissão criada ao abrigo do presente Despacho deve adoptar todos os procedimentos técnicos e administrativos,

no sentido dos adjudicatários procederem ao pagamento efectivo e integral do valor de alienação patrimonial, dos encargos emolumentares devidos aos processos de privatização, bem como do imposto de SISA, no prazo de 15 dias, após homologação do respectivo Auto de Adjudicação.

3.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 29 de Setembro de 2016.

O Ministro, *Abrahão Pio dos Santos Gourgel*.